

**PROCESSO** - A. I. Nº 298237.1210/06-5  
**RECORRENTE** - RONDELI & RONDELLI LTDA. (SUPERMERCADOS RONDELI)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JF nº 0252-01/07  
**ORIGEM** - INFAZ EUNÁPOLIS  
**INTERNET** - 16/09/2009

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0275-12/09

**EMENTA:** ICMS. 1. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Montante do débito reduzido. Exclusão da base de cálculo, das operações com mercadorias isentas, não tributadas e com imposto recolhido pelo regime da substituição tributária. Aplicação da Inst. Normativa nº 56/07. Infração parcialmente caracterizada. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO. MATERIAL DE USO, CONSUMO E ATIVO IMOBILIZADO. É devido o imposto relativo à diferença de alíquotas sobre as entradas decorrentes de operações interestaduais, quando os bens são destinados ao uso e consumo e ao ativo imobilizado do estabelecimento. O autuado não descaracterizou a infração. 3. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. APRESENTAÇÃO DO ARQUIVO MAGNÉTICO SEM A TOTALIDADE DAS OPERAÇÕES. MULTA. De acordo com o RICMS o contribuinte que utiliza o sistema de processamento de dados para emissão de documentos fiscais, está obrigado a apresentar o arquivo magnético contendo a totalidade das operações. O autuado não apresentou a totalidade das operações, restando os registros 54 e 60R. Infração caracterizada. Rejeitadas as preliminares de nulidade. Modificada em parte a Decisão da Junta de Julgamento. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte, por seu advogado regularmente constituído, para impugnar a Decisão de 1ª Instância que julgou procedente o Auto de Infração lavrado para exigir ICMS no valor de R\$36.968,10, e, multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$77.865,74, atribuindo ao sujeito passivo o cometimento das seguintes irregularidades:

*“01 – deixou de recolher o ICMS, em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, nos meses de janeiro a dezembro de 2005, sendo exigido imposto no valor de R\$ 28.066,97, acrescido da multa de 70%;*

*02 – recolheu a menos o ICMS em decorrência de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS, nos meses de junho, julho, outubro e dezembro de 2005, sendo exigido o imposto no valor de R\$ 4.500,94, acrescido da multa de 60%;*

*03 – deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação e destinadas ao ativo imobilizado do estabelecimento, nos meses de janeiro, maio, julho, agosto e outubro de 2005, com exigência de ICMS no valor de R\$ 3.015,97, acrescido da multa de 60%;*

*04 – deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento, nos meses de fevereiro, julho, agosto, setembro, outubro e dezembro de 2005, com exigência de ICMS no valor de R\$ 1.384,22, acrescido da multa de 60%;*

*05 – deixou de fornecer arquivo magnético, exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas, reclamando a multa no valor de R\$ 77.865,74, relativa aos meses de janeiro a dezembro de 2005.”*

Da análise da peça recursal se deduz que o apelo empresarial se circunscreve às infrações 1, 3, 4 e 5.

De início o autuado declarou que reiterava todos os termos das argumentações deduzidas em sua impugnação inicial.

No tocante ao mérito da infração nº 1, disse que a acusação se encontra alicerçada em meros indícios e presunções, não podendo a exigência fiscal de omissão de entradas prevalecer. Argumentou que a prova do cometimento da infração é do fisco, que deveria ter adotado o procedimento de levantar os estoques da empresa para fundamentar a imposição tributária e que a falta da prova do cometimento do ilícito fiscal, cujo ônus caberia ao fisco, impõem a reforma da Decisão de 1º grau. Em seguida, sustentou a tese da impossibilidade de se atribuir à infração por presunção na atividade desenvolvida pelo autuado, visto que os estabelecimentos classificados no ramo de supermercado promovem suas saídas através de máquinas registradoras ou equipamentos emissores de cupom fiscal e mesmo havendo omissão de registro de entradas, todas as saídas se processam através dos respectivos equipamentos de controle fiscal, sendo submetidas à tributação. Afirmou ainda, dentro dessa linha de raciocínio, que no caso em exame incorreu em pagamento de ICMS em valor superior ao devido, visto que tributou todas as saídas, não tendo, por sua vez, se creditado do ICMS que incidiu nas operações de entrada cujos documentos fiscais não foram levados a registro em sua escrita.

Ao analisar o dispositivo da norma em que foi enquadrada a infração pelo autuante (art. 2º, § 3º, inc. IV, do RICMS/97), sustenta que a dicção normativa não alcança a expressão “operações de saídas”, muito menos “saídas anteriores”, sendo, portanto, falho o fundamento utilizado pelo julgador da JJF para estabelecer a presunção ora contestada.

Mais a frente argumentou ser inaplicável o método de fiscalização adotado pelo autuante, visto que no ramo de supermercados há prevalência de operações com mercadorias isentas ou submetidas ao regime da antecipação tributária. Colacionou nos autos Decisões do Tribunal Administrativo de Tocantins e do CONSEF da Bahia, para sustentar a tese da inadequação do roteiro de fiscalização aplicado.

Sustentou, em seguida, que caso se entenda que a presunção deva subsistir, haveria na Decisão guerreada ofensa ao princípio da não-cumulatividade do ICMS, posto que ao autuado não foram concedidos os créditos destacados nos documentos fiscais que acobertaram as supostas entradas. Requereu a improcedência desta infração.

No tocante aos itens 3 e 4 do Auto de Infração, declarou se aplicar a essas imputações os mesmos fundamentos utilizados para impugnar a infração 1, pois caberia ao fisco, comprovar a aquisição das mercadorias através da contagem dos estoques do estabelecimento autuado.

Quanto à infração nº 5, atinente à falta de apresentação dos arquivos magnéticos, fez observar o autuado que os livros fiscais da empresa se encontravam com a sua escrituração fiscal em situação regular e que o contribuinte jamais atrasou ou deixou de pagar os tributos decorrentes da sua atividade mercantil. Ponderou que a empresa trabalha somente com mercadorias já tributadas pelo regime da antecipação e que a eventual falta de apresentação dos arquivos magnéticos jamais redundaria em débito em favor da Fazenda Pública Estadual. Ressaltou que a multa que

lhe foi imposta somente deveria ser exigida se a falta de escrituração viesse a prejudicar ou embarçar o trabalho do fisco. Defendeu pronunciamento do CONSEF no sentido da dispensa da multa, aduzindo que a conduta empresarial de mero atraso na entrega dos arquivos em meio magnético não resultou em falta de pagamento de tributo, incorrendo também, por parte do contribuinte qualquer prática a título de dolo ou má-fé. Invocou a aplicação do art. 158 do RPAF, para sustentar o seu pedido de dispensa da penalidade.

Ressaltou ainda que o gravame que lhe foi imposto é inconstitucional em razão de seu elevado valor, fato que desemboca na prática de confisco fiscal. Citou o art. 150, inc. IV da CF e reproduziu textos de lições doutrinárias e de decisões judiciais que enfrentaram questões relacionadas ao princípio do não confisco.

Ao finalizar formulou pedido pelo integral Provimento do Recurso Voluntário.

A Procuradoria Estadual, em Parecer acostado às fls. 275/276, da lavra da Dra. Maria Olívia T. de Almeida, após breve histórico do processo, discorreu acerca da repulsa do recorrente contra a autuação relativa à omissão de saídas, com base no não registro das notas fiscais de aquisição. Informou que a exigência fiscal está assentada nas notas fiscais obtidas junto ao CFAMT e SINTEGRA e que a Lei nº 7.014/96, no seu art. 4º, § 4º, autoriza, nessas situações, a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente, ressalvado ao contribuinte o direito de produzir prova em contrário. Por se tratar de presunção relativa, legalmente autorizada, como o contribuinte não demonstrou sua insubsistência, entendeu não merecer reparos a autuação. Afirmou ainda descaber a pretensão de uso dos créditos fiscais relacionados às notas fiscais que compõem a infração nº 1, isto porque, a Lei Complementar nº 87/96, textualmente estabelece que o direito ao crédito é condicionado à idoneidade da documentação fiscal e à correspondente escrituração dos livros obrigatórios nos prazos e condições fixados na legislação.

Registrou quanto à infração 2 que o contribuinte ficou-se silente, demonstrando, assim, ter acatado a Decisão “*a quo*”.

Quanto às infrações 3 e 4, consignou que o recorrente repetiu as argumentações expendidas por ocasião da defesa, rechaçando as mesmas, ao argumento de que a autuação encontra respaldo no art. 1º, § 2º, I, IV, bem como no art. 5º, inc. I, do RICMS, não logrando o sujeito passivo êxito em demonstrar a improcedência das mesmas.

Relativamente à infração 5, que se refere à imputação de penalidade por descumprimento de obrigação acessória concernente à falta de apresentação dos arquivos magnéticos afirmou não proceder a irresignação do recorrente, porquanto tal falta está plenamente caracterizada nos autos. Afirmou, ainda, que a penalidade aplicada nada tem de confiscatória, porquanto atende ao quanto determinado pela lei para as situações da espécie.

Conclui a PGE/PROFIS seu pronunciamento opinando pelo Improvimento do Recurso Voluntário.

Distribuído o processo para esta 2ª Câmara de Julgamento Fiscal, foi o mesmo encaminhado para revisão fiscal, a cargo da ASTEC, visando verificar a proporção das mercadorias isentas, não tributadas e com ICMS recolhido pelo regime da substituição tributária, no exercício de 2005, com a decorrente aplicação da orientação contida na Instrução Normativa nº 56/2007, em relação ao débito que compõem o item 1 do lançamento tributário.

A ASTEC, no Parecer técnico de nº 075/08, anexado às fls. 281 a 283, informou que a partir dos dados extraídos do Sistema de Informações do Contribuinte e do livro de apuração do ICMS do sujeito passivo quantificou a proporção de mercadorias tributadas e com imposto que já se encontrava recolhido pelo regime da substituição tributária, procedendo, à revisão do débito apurado na infração 1, que era de R\$ 28.066,97 para R\$ 13.477,08.

Instados a se manifestar, autuante e autuado, somente o último veio aos autos, através de petição acostada a fls. 303/304, declarando a sua concordância quanto às exclusões efetuadas na base de cálculo do tributo apurado no Auto de Infração, em relação às exclusões das parcelas relativas às

mercadorias isentas, não tributadas e tributadas antecipadamente, afirmado, ainda, que muito antes da edição da Instrução Normativa nº 56/07, defendia a tese da adequação da base de cálculo nas apurações de ICMS através de presunções. Reiterou, entretanto, o pedido de apropriação dos créditos fiscais destacados nos documentos de aquisição, com fulcro no princípio constitucional da não-cumulatividade do ICMS.

Ao finalizar, voltou a formular os mesmos pedidos constantes da inicial. Consignou também pedido de nova revisão do lançamento, requerendo desta vez, a nulidade do procedimento fiscal, por entender estarem presentes no processo vícios aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Remetido novamente o PAF à PGE/PROFIS, foi exarado Parecer conclusivo, da lavra do Dr. João Sampaio Rego Neto, pelo acolhimento da revisão da ASTEC e modificação em parte do lançamento tributário, com a consequente redução do débito.

## VOTO

De início, cabe enfrentar os vícios arguidos pelo defendente na fase de impugnação, objeto de pedido de reapreciação na instância recursal. Não vislumbro razões para acolher a pretensão de invalidade do procedimento fiscal, visto que o ato administrativo de lançamento se encontra formalmente adequado às disposições legais, em especial às regras do RPAF/99. Todas as infrações foram descritas de forma clara e precisa e foram embasadas em vias e cópias reprográficas de notas fiscais. Ademais, o autuado recebeu cópias dos demonstrativos e documentos que serviram de lastro para a apuração das infrações conforme foi reconhecido pelo próprio recorrente em sua peça de defesa.

Assim, em concordância com o julgador de 1º grau, afasto as alegações defensivas acerca da ocorrência de equívocos e irregularidades no levantamento conduzido pela fiscalização, haja vista que tais assertivas são totalmente infundadas.

No mérito, verifico, a partir da leitura da peça recursal elaborada pelo contribuinte, que o mesmo impugnou conjuntamente as infrações 1, 3 e 4, apontando motivações diversas para pedir a invalidação do lançamento tributário atinente ao uso das notas fiscais coletadas no CFAMT e através SINTEGRA, notas estas não levadas a registro na escrita do autuado. Estes documentos serviram de suporte para fundamentar a acusação de falta de recolhimento do ICMS, por presunção de omissão saídas, em relação à infração nº 1 e a exigência de ICMS referente ao diferencial de alíquotas, que compõe as infrações 3 e 4.

Argumentou o contribuinte que a acusação fiscal está sustentada em meros indícios e somente através da contagem física dos estoques poderia o autuante provar o ingresso de mercadorias no seu estabelecimento. Sustentou também a inadequação do roteiro de fiscalização em razão de operar com mercadorias cujo imposto já se encontrava recolhido pelo regime da substituição tributária.

Em relação ao primeiro pedido, que compõe capítulo inaugural do Recurso Voluntário, entendemos que o pleito empresarial não merece ser acolhido. Isto porque as notas fiscais do CFAMT são originárias de coletas efetuadas por prepostos da Secretaria da Fazenda nos postos fiscais por onde trafegam as mercadorias, evidenciando que as mesmas foram postas em circulação no território deste Estado. Em relação às notas fiscais originárias dessas coletas este órgão de julgamento e também a Procuradoria Estadual vêm se posicionando, reiteradamente, pela validade da prova, desde que os documentos apontem como destinatário o estabelecimento autuado conjuntamente com a evidência de que as mercadorias integram o objeto da atividade comercial do contribuinte. Foi o que ocorreu no presente caso.

A questão levantada pelo contribuinte, em seu Recurso Voluntário, visa afastar a presunção legal relativa, prevista no art. 4º, § 4º, da Lei nº 7.014/96, que admite prova em contrário. Todavia, não basta ao recorrente, para se eximir da autuação, alegar o não recebimento das mercadorias, isto

porque as operações de aquisição respaldadas no CFAMT, em sua grande maioria, procedem de fornecedores habituais do estabelecimento recorrente.

Assim, a negativa de cometimento da infração não pode ser acolhida considerando que a base documental originária do CFAMT revela que as mercadorias de fato ingressaram neste Estado e foram destinadas ao estabelecimento autuado, cabendo a este, o ônus de fazer a prova em contrário, junto a seus fornecedores habituais, podendo, inclusive, fazê-lo nas fases subsequentes deste processo, via pedido de controle da legalidade a cargo Procuradoria Estadual (PGE/PROFIS).

O Conselho de Fazenda, acerca das autuações envolvendo o CFAMT já proferiu diversas decisões legitimando as ações fiscais lastreadas em notas fiscais capturadas nos postos fiscais estabelecidos no território baiano. Só a título de exemplo cito o Acórdão JJF nº 0412-01/02 e o Acórdão CJF nº 0010-11/02.

Em razão desses inúmeros argumentos não acato as alegações defensivas no sentido de invalidar o lançamento tributário, ao argumento da fragilidade ou ilegalidade das provas.

Idêntico raciocínio se aplica às notas coletadas através do SINTEGRA, posto que todos os documentos que dão respaldo ao lançamento são originários de fornecedores localizados no Estado da Bahia, evidenciado, assim, que as mercadorias foram postas em circulação no território deste Estado. Outrossim, os emitentes dos documentos fiscais são também fornecedores habituais do recorrente.

No capítulo referente à inadequação do roteiro de fiscalização, na diligência realizada pela ASTEC, foram efetuados os devidos ajustes na base de cálculo apurada na infração nº 1, com a exclusão proporcional das operações com mercadorias isentas, não tributadas e com ICMS pago pelo regime de antecipação, não remanescendo, assim, a inadequação apontada pelo recorrente. Não houve, nessa intervenção da ASTEC, modificação do núcleo da exigência fiscal, razão pela qual o pedido de nulidade suscitada pela parte, em sua manifestação após revisão fiscal, não procede, até porque, o ajuste efetuado no lançamento decorreu de pedido expresso da parte que se fez acompanhar das provas que indicaram que a empresa não operava exclusivamente com mercadorias sujeitas ao regime de tributação normal.

Importante observar que o autuado, em intervenção no processo, às fls. 303/304, após a diligência realizada pela ASTEC, postulou, em caso de manutenção da exigência fiscal por presunção, o direito à apropriação dos créditos destacados nos documentos fiscais, providência que poderá ser adotada, através dos procedimentos previstos no art. 101 do RICMS/97, que regula a utilização extemporânea do crédito fiscal, hipótese em que o contribuinte deverá, previamente pagar o ICMS exigido no presente lançamento, com as deduções efetuadas na revisão fiscal.

Considerando o acima exposto, mantenho a Decisão da JJF quanto às infrações 3 e 4, e reduzo a exigência fiscal contida no item 1 do Auto de Infração, que passa de R\$28.066,97 para R\$13.477,08.

No tocante ao item 5 do lançamento, no qual se imputa penalidade pelo não fornecimento dos arquivos magnéticos, exigidos mediante intimação, com informações das operações e prestações realizadas, observou, o sr. julgador de 1º grau, que o autuado forneceu os arquivos magnéticos com a ausência dos registros 54 e 60R, no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2005.

Restou provado nos autos que o autuante intimou o impugnante em 27/07/2006, conforme documento inserido à fl. 11 do PAF, informando que os arquivos transmitidos pela internet apresentavam ausência de registros citados, tendo sido concedido, ao sujeito passivo, prazo de 30 dias úteis para sanar as irregularidades.

Ocorre que o autuado não regularizou a situação se encontrava pendente. Portanto, configurada a infração, visto que houve entrega dos arquivos magnéticos com inconsistências, e, conforme disposto no art. 708-B, § 6º do RICMS/BA, a entrega de arquivo magnético fora de especificações, sem o preenchimento dos requisitos previstos no Convênio ICMS 57/95, configura o não fornecimento de dados que são indispensáveis à aplicação dos principais roteiros de fiscalização,

entre eles a contagem física dos estoques. Nessa situação, o contribuinte está sujeito à penalidade prevista na alínea "g" do inciso XIII-A do art. 915 do Regulamento do ICMS, pois, fora intimado para providenciar a correção dos arquivos magnéticos entregues à fiscalização, e não o fez.

No que se refere à alegação de efeito confiscatório da multa ora lançada nos cabe dizer quanto a este capítulo do Recurso Voluntário que a imposição das penalidades no lançamento de ofício têm origem em normas expressas da legislação, contidas no art. 42 da Lei do ICMS (Lei nº 7.014/96), não podendo as instâncias administrativas, por força do que dispõe o art. 167, I, do RPAF, afastar a aplicação das mesmas, sob a alegação da sua incompatibilidade com o texto da Constituição ou com os princípios dela decorrentes. A discussão trazida pelo contribuinte, visando o afastamento da lei estadual só poderá encontrar acolhida nas instâncias judiciais de julgamento, visto que é defeso ao órgão administrativo deixar de aplicar qualquer dispositivo expresso de lei.

Todavia, quanto ao aspecto temporal, a infração em exame (item 5 do lançamento) deve ser revista. Efetivamente a omissão do contribuinte se caracterizou no momento que se esgotou o prazo de 30 dias do recebimento da intimação para correção dos arquivos magnéticos, a teor do que determina o § 5º, art. 708-B RICMS/BA, e não nos períodos mensais do exercício de 2005, apontados no presente Auto de Infração. Corrijo o enquadramento temporal da infração cuja data de vencimento passa para 28/09/06, que correspondente exatamente à data subsequente aos 30 dias concedidos ao autuado para a regularização dos arquivos magnéticos, visto que a intimação visando o cumprimento da obrigação acessória foi formalizada em 27/07/06 (doc. fl. 11).

No que concerne ao pedido de redução da penalidade, com base nas disposições do art. 158 do RPAF, também não vislumbro razões de fato ou de direito para a concessão da medida requerida pelo sujeito passivo. Primeiro, em razão do contribuinte, nos períodos mensais correspondentes, ter deixado de recolher tributo que foi apurado através de procedimento de coletas de notas fiscais via CFAMT e SINTEGRA. Não fosse esse aspecto, de ordem objetiva, a conduta omissiva do contribuinte de não corrigir os arquivos no tocante aos registros 54 e 60R, criou também embaraços para o fisco, visto que a aplicação do roteiro de fiscalização, atinente à contagem física dos estoques, ficou totalmente comprometido, visto que os registros omitidos especificam os itens de mercadorias comercializados pela empresa. Tal omissão demandaria a necessidade de se proceder à auditoria através de sistema manual, via manipulação de todas as notas fiscais emitidas no exercício fiscal, fato que acarretaria maior demanda de tempo e de recursos da administração tributária.

Pelas razões expostas, mantenho a penalidade, acompanhando as razões de decidir de julgador de 1º grau.

Voto, portanto, pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário, para modificar a Decisão da JJF tão-somente quanto à infração nº 1, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO DA INFRAÇÃO 1					
Seq.	D. Ocorrência	D. Vencimento	Aliq. (%)	Base de Cálculo	ICMS Devido
1	31/01/2005	09/02/2005	17	12.168,88	1.002,50
2	28/02/2005	09/03/2005	17	10.061,94	863,82
3	31/03/2005	09/04/2005	17	5.113,88	417,29
4	30/04/2005	09/05/2005	17	11.671,29	927,77
5	31/05/2005	09/06/2005	17	46.641,11	3.815,43
6	30/06/2005	09/07/2005	17	14.735,58	1.243,76
7	31/07/2005	09/08/2005	17	8.798,17	730,64
8	31/08/2005	09/09/2005	17	21.560,35	1.756,03
9	30/09/2005	09/10/2005	17	8.208,64	667,45
10	31/10/2005	09/11/2005	17	8.784,94	715,36
11	30/11/2005	09/12/2005	17	5.290,52	412,46
12	31/12/2005	09/01/2006	17	12.064,47	924,57
TOTAL				165.099,77	13.477,08

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298237.1210/06-5**, lavrado contra **RONDELI & RONDELLI LTDA. (SUPERMERCADOS RONDELI)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$22.378,21**, acrescido das multas de 70% sobre R\$13.477,08 e 60% sobre R\$8.901,13, previstas no art. 42, incisos III e II, alíneas “b”, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$77.865,74**, prevista no inciso XIII-A, alínea “g”, do dispositivo legal mencionado, com os acréscimos moratórios, conforme estabelecido pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de setembro de 2009.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS